

Senhor
Milton Luiz de Melo Santos
Presidente
ABDE – Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento
SCN – Quadra 2 – Lote D, Torre A
Centro Empresarial Liberty Mall
CEP: 70712-903
Brasília, DF – Brasil

Ref.: Cooperação Técnica Não Reembolsável
Nº ATN/OC-16244-BR. Fortalecimento das
Agências de Fomento Públicas para Alavancar
o Financiamento do Setor Privado.

Prezado Senhor Presidente,

Esta carta-convênio (doravante denominada “Convênio”) entre a ABDE – Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (doravante denominada “Beneficiário”) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado “Banco”), que submetemos à sua consideração, destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica não reembolsável ao Beneficiário (doravante denominada “Cooperação Técnica”), com o objetivo de apoiar a agências de fomento estaduais e bancos de desenvolvimento subnacionais no desenvolvimento de novos instrumentos financeiros para apoiar na preparação e estruturação de projetos de infraestrutura regional e na captação de recursos financeiros adicionais através de parcerias público-privadas (PPPs) (doravante denominado “Programa”). Os termos da Cooperação Técnica estão incluídos no Documento de Cooperação Técnica que está anexado à presente, no idioma espanhol, e é considerado parte integrante deste Convênio. Os aspectos principais da operação são os seguintes:

1. O montante dos fundos outorgados pelo Banco ao Beneficiário para a realização da Cooperação Técnica será de até US\$ 200.000,00 (duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América), que serão desembolsados a débito dos recursos do Programa Estratégico para o Desenvolvimento de Instituições Financiados com Capital Ordinário (doravante denominada “Contribuição”). A Contribuição é outorgada em caráter não reembolsável.
2. O prazo para a execução do Programa será de 30 (trinta) meses contados a partir da data de entrada em vigor deste Convênio. O prazo para o desembolso dos recursos da Contribuição será de 36 (trinta e seis) meses contados a partir dessa mesma data. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro de tal prazo será cancelada. O prazo indicado acima e outros estabelecidos neste Convênio só poderão ser

prorrogados por razões justificadas e com o consentimento expresso e por escrito do Banco.

3. Por solicitação do Beneficiário, o Banco utilizará os recursos da Contribuição exclusivamente para contratar e pagar diretamente os serviços de consultoria necessários para o cumprimento dos objetivos da Cooperação Técnica.
4. O Beneficiário se compromete a colaborar com os consultores na realização de suas tarefas e a fornecer o apoio técnico, logístico e de secretaria necessário para o desenvolvimento da Cooperação Técnica. Tal apoio não monetário é estimado ao equivalente a US\$ 40.000,00 (quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), completando o equivalente a US\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), custo total estimado do Programa, sem que tais estimativas reduzam a obrigação do Beneficiário de aportar os recursos adicionais exigidos para a conclusão do Programa.
5. O financiamento dos serviços de consultoria indicados neste Convênio não implica, de forma alguma, um compromisso por parte do Banco de financiar total ou parcialmente o Programa, projeto ou qualquer serviço que direta ou indiretamente possa resultar da execução da Cooperação Técnica. As opiniões dos consultores não comprometerão o Banco, que se reserva o direito de formular a respeito as observações ou salvaguardas que considerar apropriadas.
6. O Beneficiário se compromete a comunicar ao Banco, por escrito, dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste Convênio, se considera que o mesmo contém informação que possa ser qualificada como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto na Política de Acesso à Informação do Banco, em cujo caso o Beneficiário deverá identificar tal informação dentre as disposições pertinentes do Convênio. De acordo com a referida política, o Banco colocará à disposição do público na sua página “Web” o texto do presente Convênio, uma vez que o mesmo tenha entrado em vigor e o prazo acima referido tenha expirado, excluindo somente as informações que o Beneficiário tenha qualificado como uma exceção ao princípio de divulgação de informação previsto em tal política.
7. Caso haja conflito entre as disposições desta carta-convênio e qualquer dos documentos a ela anexados, prevalecerá o que nesta carta estiver disposto.

Nestes termos, solicito a V. Sa., como representante do Beneficiário, a aceitação do mesmo aos termos deste Convênio, mediante a assinatura e entrega de uma das vias originais desta carta à Representação do Banco em Brasília.

Este Convênio, depois de assinado em 2 (duas) vias de igual teor, por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da sua assinatura pelo Banco.

ABDE – Associação Brasileira de Instituições
Financeiras de Desenvolvimento

BANCO INTERAMERICANO DE
DESENVOLVIMENTO

/a/

/a/

Milton Luiz de Melo Santos
Presidente

Hugo Flórez Timorán
Representante do Banco no Brasil

Data: 30 de outubro de 2017

Data: 25 de outubro de 2017

/a/

Marco Aurélio Crocco Afonso
Vice-Presidente

Data: 30 de outubro de 2017

Documento de Cooperación Técnica

I. Información Básica de la CT

▪ País/Región:	Brasil
▪ Nombre de la CT:	Fortalecimiento de las Agencias de Fomento Públicas en Brasil para apalancar la financiación del sector privado.
▪ Número de CT:	BR-T1311
▪ Jefe de Equipo/Miembros:	Maria Netto (Líder de Proyecto, IFD/CMF); Luciano Schweizer (co-líder de proyecto, CMF/CDR); Santiago Schneider (FMP/CDR); Daniel Fonseca (IFD/CMF); Sylvia Gabriela Andrade (IFD/CMF); Joan Prats (IFD/CMF); Guillermo Eschoyez (LEG/CDR) y Alison Arauz (IFD/CMF).
▪ Taxonomía:	Apoyo al Cliente
▪ Fecha de Autorización del Abstracto de CT:	13 abril 2017
▪ Beneficiario:	Agencias de Fomento Estaduales: Desenhahia, Desenvolve SP, Fomento Paraná ¹ ; y ABDE ²
▪ Agencia Ejecutora:	Agencia Ejecutora: BID, a través de IFD/CMF
▪ Donantes que proveerán financiamiento:	Programa Estratégico para el Desarrollo de Instituciones (INS)
▪ Financiamiento Solicitado del BID:	US\$200,000
▪ Contrapartida Local, si hay:	Los recursos de contrapartida serán equivalentes al 20% (US\$40,000) y serán presentados en especie, en la forma de apoyo logístico, técnico o de estudios realizados por el staff técnico de las entidades beneficiadas.
▪ Periodo de Desembolso:	36 meses (30 meses de ejecución)
▪ Fecha de Inicio requerido:	1 mayo 2017
▪ Tipos de consultores:	Empresas y consultores individuales
▪ Unidad de Preparación:	IFD/CMF
▪ Unidad Responsable de Desembolso:	IFD/IFD
▪ CT incluida en la Estrategia de País:	No
▪ CT incluida en CPD:	Si
▪ Alineación a la Actualización de la Estrategia Institucional 2010-2020:	Si

II. Objetivos y Justificación de la CT

- 2.1 El objetivo de esta Cooperación Técnica (CT) es apoyar a las Agencias de Fomento Estaduales y Bancos de Desarrollo Sub-nacionales (BNDs) en desarrollar nuevos instrumentos financieros que apoyen en la preparación y estructuración de proyectos de infraestructura regional y en la captación de recursos financieros adicionales que puedan ser desarrollados a través de Asociaciones Público Privada (APPs). Para eso,

¹ Véase demanda en el siguiente enlace: [Solicitud de los clientes](#)

² La Asociación de Instituciones Financieras de Desarrollo Brasileña (ABDE) reúne las 19 agencias de fomento y bancas de desarrollo brasileñas. El equipo de mercados de capitales e instituciones financieras del BID participa como observador en la asamblea de ABDE y tiene un acuerdo de colaboración con la agencia, sobre todo para la promoción de intercambio de experiencias y capacitación de agencias y bancas de desarrollo.

la cooperación apoyará: (i) capacitación institucional de las agencias y BNDs para desarrollar estrategias de identificación, estructuración y promoción de proyectos APP; (ii) desarrollo de instrumentos financieros que las Agencias y BNDs puedan pilotear y replicar; y (iii) dialogo, diseminación e intercambio de experiencias través de la red nacional de Agencias de Fomento y Bancos de Desarrollo (ABDE) y a nivel internacional con el *China Development Bank-CDB*.

- 2.2 Relevancia de la intervención para Brasil.** Desde 2002 las inversiones en infraestructura en Brasil se han situado en el nivel de los 2% del PIB, considerablemente bajo al ser comparado con otros países en desarrollo y de la región³. De esta forma la afirmación de que la “infraestructura de transporte y logística es una de las principales brechas de desarrollo del País⁴” se convirtió en un consenso entre los actores públicos y privados, nacionales e internacionales. En el caso del sector de transporte, “la baja competitividad del sector deriva de problemas de inversión, financiamiento y regulaciones. (...) Como resultado de estos problemas la mayor parte de los proyectos de infraestructura presentan deficiencias de planificación y desarrollo reduciendo la capacidad del país en ejecutarlos con arreglo a los diseños y sus plazos y aumentando sus costos. Estos problemas junto a las barreras regulatorias y burocráticas llevan a la falta de financiación (...)”⁵. Por su vez, las APPs que en su casi totalidad son implementadas al nivel sub-nacional por los estados y municipios⁶ de Brasil, son mecanismos que responde a la “(...) dimensión y complejidad de los desafíos de inversión en infraestructura y provisión de servicios públicos que enfrenta Brasil requieren la conjunción de recursos financieros y no-financieros públicos y privado. (Las APPs) constituyen una importante alternativa de política pública para fomentar la inversión y gestionar el gasto público contribuyendo a apoyar la sustentabilidad fiscal”⁷. Por el lado del financiamiento, mismo Brasil manteniendo uno de los sistemas financieros más grandes y sofisticados de América Latina, aún subsisten impedimentos a la financiación de la inversión privada, el acceso al crédito es un limitador importante de la inversión⁸, “Las fuentes de financiamiento a largo plazo son escasas. El sistema bancario brasileño dirige el crédito dirigido principalmente a la financiación a corto plazo de las familias y las empresas. El mercado de capitales de títulos de largo plazo aún tiene baja liquidez y alto costo para las empresas. Como resultado, el BNDES es la principal fuente de financiamiento de la inversión en infraestructura”⁹.
- 2.3 Importancia de las agencias de fomento y BNDs para el desarrollo regional y su contribución para el programa operativo del BID.** En Brasil existen 19 instituciones financieras de desarrollo que forman parte del Sistema Nacional de Fomento (SNF) regulado por el Banco Central y compuesto a su vez por los bancos públicos federales

³ Las tasas anuales de inversión en infraestructura como porcentaje del PIB en China se mantuvieron en el rango de 6-10%, EEUU 4-5%, promedio de los países de la OCDE 3-5% (Fuente: Citi, 2016), mientras en América Latina, la tasa media de inversión en infraestructura fue del 5,1% en Chile y de 4,2% en Perú en el periodo entre 2008 y 2011 (Fuente: Moodys, 2014). La época de mayor tasa inversión infraestructura en Brasil fue en la década de 1970 con una tasa media del 5,42%, más del doble del actual. (antes de las etapas de hiperinflación de los años 80 que acabaron con las estructuras de financiación de infraestructura en el país) (Fuente: Valor Económico, 2013).

⁴ BID. Desafíos de Desarrollo de Brasil (CDC). p.60.

⁵ Ibidem. p.62, reflejado en la EPBR párrafo 3.14 (p. 19).

⁶ En Brasil hay solamente una APP federal, el Complejo Datacenter que tiene como promotores los Bancos públicos Federales Banco do Brasil y CAIXA (ver [Complejo Datacenter \(União\). RadarPPP](#)).

⁷ BID. EPBR 2012-2018, párrafo 3.64, p.34.

⁸ Ibidem. p.28.

⁹ Ibidem. p.63.

y regionales¹⁰. Las Agencias de Fomento son instituciones financieras pertenecientes a los gobiernos estaduais, que tienen como misión la promoción y el desarrollo regional, incluyendo el apalancamiento de inversiones privadas en infraestructura local. En este particular, se espera que los resultados de esta CT permitan ofrecer subsidios y avanzar el diálogo en la dirección de nuevos proyectos para el programa operativo del Grupo del BID (GBID) en Brasil, sea con Bancos Federales o Gobiernos Estaduales, y las empresas y bancos privados que vengan a participar de las APPs, bien como tiene el potencial de ofrecer alternativas exequibles dentro del actual CCLIP con el BNDES (BR-O0001).

- 2.4 **El rol de desarrollo institucional de ABDE y el Apoyo del BID:** Desde 2012, el BID a través de la división de Mercados de Capitales e Instituciones Financieras viene colaborando con las Agencias de Fomento y ABDE¹¹, en diversas iniciativas para promover el desarrollo institucional de los integrantes del Sistema Nacional de Fomento, todos miembro asociados de ABDE, mejorar su capacidad operativa y financiera, y promover el acceso al crédito y al desarrollo económico y social de las regiones donde tiene presencia. Estas actividades contribuyen a: (i) aumentar la eficiencia institucional y de ejecución de las políticas públicas; y (ii) aumentar el intercambio entre las esferas federal, estaduais y municipales¹², en los temas relacionados a la preparación y financiamiento de proyectos; como forma de permitir el uso más efectivo de los recursos públicos, evitando la “competencia por recursos entre las entidades federativas y sub-nacionales”¹³. Por el lado, apoyan en la desconcentración de competencias (tanto en temas financieros como en temas de estructuración de APPs—e.g. BDMG y Desenhahia), apoyan la creación y desconcentración de mercados y la corrección de fallas de mercados financieros, bien como proveer recursos que sirvan como mecanismo de atracción de inversiones privadas, respondiendo directamente para cubrir las brechas de inversiones en la infraestructura¹⁴.
- 2.5 **Propuesta.** Para el proyecto propuesto se han recibido peticiones de cuatro agencias de fomento, representativas de cada una de las regiones de Brasil: (i) Agencia de Fomento de Amazonas en la región Norte (AFEAM); (ii) Agencia de Fomento del Estado de Bahía en la región Nordeste (DESENBHIA); (iii) Desenvolve SP de São Paulo en la región Sudeste; y (iv) Fomento Paraná en la región Sur del país. Además de dar continuar con la cooperación con ABDE para diseminar conocimientos y capacidades para los demás asociados que la integran.
- 2.6 **Alineamiento con el fondo institucional y estrategias del BID en Brasil:** Esta cooperación respondería a las necesidades de promocionar una mayor participación

¹⁰ En total son 29 instituciones financieras dentro del SNF que se podrían beneficiar de los resultados de este Programa.

¹¹ Asociación Brasileña de Desarrollo (ABDE) es la entidad asociativa que agrupa y representa a las instituciones que están dentro del SFN.

¹² Creando mecanismos de cooperación eficaces para regular las relaciones entre los gobiernos, como forma de compensar fallas del marco federal actual de Brasil (cf. CDC, p.87).

¹³ BID. Desafíos de Desarrollo de Brasil (CDC). p.87.

¹⁴ Mismo que el financiamiento a través del mercado de capitales sea llevado a niveles de los países desarrollados el rol de la deuda sigue siendo preponderante. Por otro lado, con la entrada en vigencia del reglamento de Basilea III los bancos van restringir su financiamiento y plazos de financiamiento de proyecto de infraestructura, dificultando el *maturity matching* y aumentando el riesgo de refinanciamiento de los proyectos de infraestructura (ver Wajnberg, D. & Capistrano, E. *Debêntures de projetos de infraestrutura: uma comparação entre as experiências brasileira e internacional*. In: Revista BNDES n. 46, dezembro de 2016. p.103-61).

de la financiación privada en proyectos estratégicos públicos y al interés creciente del sector financiero privado por participar en la financiación de proyectos de infraestructura en Brasil. Las actividades propuestas en esta cooperación técnica están alineadas con la estrategia de trabajo que CMF viene realizando con los Bancos Públicos de Brasil y de la Región y en particular con la promoción del acceso al crédito y la participación del sector privado en la economía. La CT está alineada con los criterios de priorización del fondo institucional de: (i) promover políticas e instituciones públicas de fomento al desarrollo del sector privado, incluyendo las APPs; y (ii) fomentar desarrollo institucional para intervenciones de alto impacto, incluyendo el desarrollo de diálogo e instrumentos de intercambio de conocimiento. La CT es también consistente con la Actualización de la Estrategia Institucional 2010-2020 (AB-3008) y se encuentra alineada con el desafío de desarrollo “Productividad e Innovación”, a través de la promoción de inversiones privadas en infraestructura, y con el tema transversal de “Capacidad Institucional y Derecho de Estado” a través de la capacitación de las agencias de fomento y bancos de desarrollo a mejorar sus servicios de apoyo a la estructuración de APPs, de acuerdo con el indicador 25 del marco de resultados corporativos del BID (CRF). La CT también contribuye a las directrices del GCI-9 contribuir para el fomento de la inversión privada, y el desarrollo de la infraestructura. En ese mismo sentido contribuye a la Estrategia País para Brasil 2016-2018 (GN-2850), que se alinea con los siguientes objetivos estratégicos: (i) expandir y renovar la infraestructura de transporte y logística; y (ii) aumentar la eficiencia en la gestión de los recursos públicos.

- 2.7 **Lecciones Aprendidas**¹⁵. El GBID ha sido el socio más relevante en el financiamiento relacionado en las APPs de la región, entretanto algunas lecciones aprendidas fundamentan la propuesta de contribución aquí propuesta: (i) logra apoyar entornos propicios más débiles, llevando el conocimiento y desarrollando modelos para estados que van, en última análisis, fortalecer la actuación a nivel municipal de forma más amplia; (ii) fortalecer el intercambio con otras áreas de conocimiento del GBID buscando soluciones integrales; (iii) reforzar la alternativa de APPs en los estados y municipios; y (iv) ofrecer conocimiento y nuevas soluciones de preparación de proyectos y financieras que permitan apalancar las inversiones privadas.

III. Descripción de las actividades/componentes y presupuesto

- 3.1 **Componente 1: Estructuración de proyectos y mejora de la capacidad institucional de las Agencias y BNDs para promover APPs:** Bajo este componente se apoyará, a través de firmas u consultores individuales, el desarrollo de capacidades de las Agencias por el intermedio de la incorporación de conocimiento y capacidades proporcionados por estudios de diagnóstico y de mercado¹⁶ para evaluar la situación y las necesidades de inversión en infraestructuras que fueran estratégicas para el desarrollo regional a través de ABDE. El componente deberá resultar en: (i) la estructuración y necesidades de fortalecimiento de las Unidades de Estructuración de Proyectos de las Agencias de Fomento; (ii) instrumentos para la identificación de proyectos en una región que pudieran ser desarrollados y ejecutados por las agencias; (iii) metodologías aplicadas de evaluaciones económicas/financieras y de gestión de riesgos socioambientales de proyectos específicos que las agencias

¹⁵ De acuerdo al documento R-504-1, Evaluación de las Asociaciones Público-Privadas en Infraestructura, preparada por OVE (febrero, 2017), el detalle de la alineación se encuentra detallado en el Apéndice 2.

¹⁶ Levantamiento de las necesidades, de los financiamientos existentes y del interés de bancos comerciales e inversores institucionales del mercado de capital por financiar los proyectos identificados

podrían integrar en sus procesos de gestión; y (iv) procesos de preparación de estudios de proyectos piloto autofinanciables.

- 3.2 **Componente 2: Desarrollo de instrumentos financieros, de mitigación de riesgo y del mercado de capitales para promover APPs:** El componente se apoyará, a través de firmas u consultores individuales, el desarrollo de capacidades de las Agencias por el intermedio de la incorporación de conocimiento y capacidades proporcionados por análisis y estudios que apoyen la estructuración técnica, legal (de acuerdo al marco normativo federal y estadual); los instrumentos y mecanismos que permitirían la financiación de proyectos concretos de inversión identificados junto a las Agencias en el Componente 1. Como resultado se esperaría que las agencias diseñen un instrumento financiero de apoyo a APPs. Entre los instrumentos cuyos mecanismos de implementación podrían ser estudiados con esta cooperación se pueden destacar los siguientes: fondos de inversión, mecanismos y fondos de garantías para proyectos de concesiones y APPs; operaciones sindicadas con bancos privados; créditos puente; *mini perms*; garantías (*completion, covenants*, certificación de seguros de empresas públicas); bonos (*project bonds*¹⁷) y fondos del mercado de capitales (FIPs o FIDCs, mediante el uso de créditos titularizados a partir de los ingresos municipales). Un aspecto importante a resaltar es que todos estos instrumentos apalancan la participación del sector privado, y reflejan el presente desafío de atraer mayor participación de los inversionistas institucionales, nacionales e internacionales. Los estudios resultarán en un conjunto de recomendaciones sobre los instrumentos y tipos de intervención a ser replicados en otros estados brasileños.
- 3.3 **Componente 3: Intercambio de experiencias, información y diseminación:** A través de la directa colaboración con ABDE y las 19 instituciones financieras a ella asociada, que componen el Sistema Nacional de Fomento, y dan cobertura a todas las regiones del país, se aprovechará su red para compartir los conocimientos, instrumentos, resultados y mejores prácticas desarrollados en los componentes 1 y 2 de esta cooperación. Estos podrán ser compartidos a través de seminarios específicos y la producción de material de difusión y capacitación institucional, incluyendo *webinars* y publicaciones. Adicionalmente, el componente podrá financiar guías sobre la preparación de evaluaciones técnicas/financieras de proyectos de infraestructura, manuales sobre legislación y preparación de APPs y de estructuración de instrumentos financieros y/o del mercado de capitales y de gestión de riesgos socio ambientales que igualmente sirvan como instrumentos para el fortalecimiento institucional y capacitación de los asociados de la ABDE y sus recursos humanos. Finalmente se promoverá también el intercambio de experiencias con el *China Development Bank* (CDB) a través de eventos y del desarrollo de diálogos y redes temáticas, una vez que China ha sido un importante interlocutor para Brasil en temas relacionados al financiamiento de infraestructuras, además del potencial desarrollos de instrumentos y estructuras financieras que permitan apalancar el financiamiento internacional como fue ejemplo reciente la creación del *Fundo Brasil-China de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva*, con un capital de US\$20 mil millones¹⁸. Este componente se ejecutará a través de la contratación de firmas consultoras o consultores individuales para la preparación de productos de

¹⁷ Ley 12.431/2011 define el marco normativo para la estructuración de debentures de proyectos de infraestructura en Brasil.

¹⁸ Ver el siguiente enlace: [Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão](#)

conocimiento y con servicios logísticos de apoyo a organización de eventos y diseminación de productos.

- 3.4 El coste total de esta cooperación técnica será de US\$240,000. La contribución del BID será US\$200,000 y el resto será financiado (en especie) por las Agencias de Fomento beneficiarias.

Presupuesto Indicativo

Actividad / Componente	Descripción	BID/Financiamiento por Fondo	Contrapartida Local	Financiamiento Total
Componente 1.	Capacitación institucional	60,000	10,000	70,000
Componente 2.	Desarrollo de instrumentos financieros	80,000	20,000	100,000
Componente 3.	Intercambio y de diseminación información	50,000	10,000	60,000
Misceláneos y monitoreo y evaluación		10,000	n.a.	10,000
Total		200,000	40,000	240,000

**Cada agencia (beneficiario) colocará contrapartida en especie. Para la diseminación, la contrapartida también podrá ser aportada por la asociación de bancas de desarrollo de Brasil (ABDE).

IV. Agencia Ejecutora y estructura de ejecución

- 4.1 La supervisión administrativa y técnica del Programa de cooperación técnica propuesto estará bajo la responsabilidad de IFD/CMF.
- 4.2 Dada el potencial de difusión y diseminación de conocimiento entre los estados brasileños y la diversidad de actores a la que apunta esta CT y el impacto indirecto que pueden tener los resultados de esta iniciativa, es apropiado que el BID sea el ejecutor directo de manera que se pueda proveer una coordinación centralizada de los estudios realizados. Las agencias han también demandado que el BID ejecutara la CT (véase en anexo). Además, el hecho de que el BID sea la institución ejecutora de esta CT asegura independencia y transparencia al respecto de la elaboración de estudios y análisis que serán desarrollados dentro de las actividades de esta cooperación, además de garantizar el involucramiento directo de nuestra capacidad de asesoría, orientación permitiendo el apalancamiento de las capacidades multisectoriales del GBID, bien como la vinculación estratégicas con otras acciones del Banco que de otra forma podrían verse perjudicadas.
- 4.3 El BID contratará consultorías individuales, firmas y otros servicios necesarios a la ejecución de la cooperación técnica de acuerdo a las políticas y procedimientos de adquisiciones del Banco.
- 4.4 Para asegurar la debida ejecución de la CT, el equipo del proyecto organizará al inicio, durante y al final del proyecto reuniones/audio-conferencias de revisión con cada uno de los beneficiarios en de cada una de las fases contempladas en el diseño e implementación de actividades programadas. Además, para asegurar la calidad de los productos de conocimiento desarrollados se harán revisiones técnicas por el equipo de proyecto y por revisores externos (*peer reviewers*). El programa contará también con recursos para una evaluación final de resultados esperados.

V. Riesgos importantes

- 5.1 Esta cooperación técnica requiere liderazgo por parte de las Agencias beneficiarias. Se espera que las Agencias beneficiarias comprometan recursos técnicos y/o financieros para asegurar los resultados esperados de esta CT, y se apropien de sus resultados. CMF asegurará que los beneficiarios comprometan los recursos de contrapartida financieros o en especie como una condición para recibir el apoyo de esta iniciativa, siendo los más importantes aquellos que se refieren a la dedicación de tiempo de staff para la implementación y seguimiento de los resultados de esta CT, incluso como forma de garantizar la apropiación de los resultados. Para reforzar la apropiación y diseminación del conocimiento y competencia generadas la reforzará la participación de ABDE a través de sus Gerencias Técnica y de Desarrollo Profesional.

VI. Excepciones a las políticas del Banco

- 6.1 Ninguna excepción.

VII. Salvaguardias Ambientales

- 7.1 Se espera que esta CT no genere impactos social-ambientales negativos. Consecuentemente, se prevé que este proyecto clasifique en la categoría C, que significa que análisis ambientales y sociales no son necesarios. Véase enlaces: [Safeguard Policy Filter Report](#) y [Safeguard Screening Form](#).

Anexos Requeridos:

- [Solicitud de cliente](#)
- [Matriz de Resultados](#)
- [Términos de Referencia para actividades/componentes a ser adquiridos](#)
- [Plan de Adquisiciones](#).